

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Informações Reunião			
Conselho:	6ª Reunião Colégio de Coordenadores	Número:	06
Local:	Campus da Indústria (Sala dos Conselhos) e Videoconferência	Data:	04/06/2023 14h00 às 17h30
Nome dos Participantes			
Presidente: Edson Vasconcelos			
Participantes: COORDENADORES – Cláudio Grochowicz; Elizabete Ardigo; Fernando Mizote; Flávio Furlan, Guilherme Hakme; Hélio Bampi; Irineu Munhoz; José Alberto Ribeiro; José Carlos Godoi; Lúcio Kamiji; Marcos Dybas; Miguel Rubens Tranin; Nelson Hübner; Paulo Puppo; Ricardo Lora; Rui Londero. VICE-COORDENADORES - Ary Sudan Filho; Biratã Giacomini; Célia Catussi; Edson Ono; Evaldo Kusters; José Carlos de Godoi; Marcus Gimenes; Rogério Aver; Wilson Ribeiro Jr. APOIO – Alessandro de Castro; Alexandre Tortato; Aline Calefi; Anna Régia Burakoski; Ariane Hinça; Bruna Lunardi; Carla Simão; Carlos A. Jackovaz; Carlos Fiuza; Cícero Bley; Diego Rezende; Fabiane Franciscone; Fábio Hainosz; Henry Cabral; Higor Menezes; Hugo Ceron Molina; João Arthur Mohr; Juliana Dias; Júlio C. Reis; Luiz Antônio Fayet; Luiz Thiago Dalla Stella; Marcelo Percicotti; Marco Antônio Guimarães; Marcos Thiessen; Marina de Almeida; Mauro Schwartzburd; Najila Alves, Narjara Cheyenne; Odivany Pimentel Sales; Patrícia Gomes Constanski; Patrick Reydams; Pedro Andriolli; Rafael Guimarães; Ricardo Santin; Rodrigo Lopes; Sidnei Prado; Virgílio Moreira; Wilson Bill; Wilson Soares Ribeiro Jr.			
Assessoria: Fernanda Wolf Gonçalves, Luis Affonso de Rosis; Verônica Santos do Rosário.			

Assunto e Decisões	
Item	1. Abertura/ Atualização da Gerência dos Conselhos Temáticos e Setoriais
	O presidente Edson Vasconcelos abriu o encontro agradecendo a presença de todos na 6ª Reunião de Colégio de Coordenadores (gestão 2023-2027). O presidente comunicou a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Fiep e Copel, com a presença de Daniel Slaviero, sobre a evolução da Matriz Energética no Estado. A palavra foi passada para a Gerente dos Conselhos Temáticos Setoriais, Ariane Hinça que apresentou a agenda do dia e atualizou o Painel de Trabalho. Desde outubro de 2023 até maio de 2024, foram realizadas 385 reuniões, sendo 321 delas de preparação para as agendas dos Macros Objetivos e 64 agendas de Conselhos. O total de participantes atingiu o número de 4.532 pessoas. Dezesesseis conselhos estão com 100% dos Planos de Trabalho estabelecidos e seis estão em processo de finalização desta etapa. <i>“No último mês, vocês receberam da nossa equipe todos os formulários para preenchimento e atualização dos Planos de Ação em uma plataforma. Lá vocês devem colocar o percentual das metas atingidas, o que está em andamento e o que ainda deve ser realizado. É uma forma nova de trabalho e estamos fazendo a instrução de todos os técnicos de apoio para tirarem as dúvidas existentes para que o sistema operacional seja uma ferramenta de trabalho”</i> , afirma Ariane. Os calendários da CNI e dos próprios Conselhos da Fiep também foram demonstrados, até dezembro de 2024.
Item	2. Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade
	Como Vice Coordenador do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Miguel Tranin conduziu as apresentações do setor. O primeiro tema tratado foi o Mercado de Carbono Regulado no Brasil , com a relatora Juliana Falcão, Gerente de Clima e Energia da CNI. Com uma explicação bem informal, trata-se de um conjunto de ações que visa limitar as emissões de gases de efeitos estufa (GEE) para as empresas poluidoras. Elas devem compensar o lançamento de partículas nocivas comprando títulos das empresas que não atingiram o limite

poluente e poderão vender suas cotas no mercado. O Acordo de Paris (2015) foi o grande marco mundial com as discussões sobre a mudança do clima. O objetivo é limitar o aquecimento global em menos até -2°C até o final de século, em comparação com os níveis pré-industriais. Mais de 100 países, como o Brasil, que se comprometeram a reduzir suas emissões estabeleceram metas através da NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) para o alcance da neutralidade climática até 2050. A meta nacional é ambiciosa em reduzir as emissões de GEE em 48% já no próximo ano e em 53% para 2030. Juliana Falcão apresentou um mapa global de Sistemas de Comércio de Emissões (SCE) e Taxação de Emissões, conforme relatório do Banco Mundial de 2023 e o Brasil está entre os países mais atrasados em alcançar a meta. A CNI tem atuado ativamente no Mercado Regulado desde 2016 em trabalhos com parceria entre o Governo Federal, setor privado e Banco Mundial. Entre os estudos realizados por esta comissão, destacam-se a análise de experiências internacionais sobre o mercado regulado de carbono; o desenvolvimento de uma proposta da indústria; diagnóstico de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) de GEE; criação do GT Mercado de Carbono (2021) para discussão de propostas legislativas de forma articulada com o Poder Executivo com a participação dos segmentos mais poluidores (cimento, aço, alumínio, papel e celulose, químico, vidro e energia); e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia (2022) para apoiar a plataforma nacional de MRV, lançada durante a COP28. Juliana Falcão explicou sobre Mercados e Taxação que podem acontecer basicamente de três formas:

- ✓ Mercado Voluntário – certificados por *standards* voluntários e transacionados entre entes privados com regras e padrões bastante diversificadas e auto estabelecidas. Segundo a Forbes, a movimentação em 2021 foi de aproximadamente US\$ 2 bilhões.
- ✓ Mercado Regulado Nacional – propõe metas de redução progressivas com distribuição de cotas de emissão. Neste caso, as empresas que cumprem os objetivos podem vender suas cotas adicionais. No Brasil, o assunto está sendo tratado pelo Projeto de Lei n.º 182/2024, no Senado. Segundo o Banco Mundial, a movimentação em 2022 foi cerca de US\$ 65,5 bilhões.
- ✓ Mercado Global – teve regras aprovadas na COP26 e detalhadas na COP27. Sua implementação está avançada em alguns países que assinaram cooperações bilaterais, seguindo regras da ONU. Os projetos devem ser autorizados pelo governo brasileiro e dependem de cumprimento da NDC.

Juliana Falcão apresentou o histórico de tramitação de Projetos de Lei no Congresso. O foco principal é a atual proposta em discussão o PL n.º 182/2024 que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) para formalização: 1) Ativos; 2) Plano Nacional de Alocação; 3) Registro Central; 4) Obrigações dos Regulados; 5) Monitoramento, Relato e Verificação (MRV); 6) Infrações e Penalidades; 7) Período de Transição; 8) Governança composta por um órgão Superior e Deliberativo, um órgão Gestor e outro Comitê Técnico Permanente. *“O projeto traz uma obrigação para as empresas reportarem suas emissões, mesmo as que não entrarem no programa. Todas as instalações que emitirem acima de 10 mil toneladas de CO₂ por ano terão que fazer o reporte de forma obrigatória. Assim que o PL for aprovado, teremos de um a dois anos para regulamentação e depois disto começa a valer este sistema de relato... no total achamos que demorem oito anos para o mercado regulado de carbono realmente começar a funcionar no Brasil. Outra questão importante para combatermos são as multas de até 4% em cima do faturamento bruto. Não é assim que funciona no resto do mundo”,* afirma Juliana. A relatora apresentou pontos de atenção em relação à proposta em discussão citada.

- ✓ Inclusão de representantes dos setores regulados no Órgão Superior e Deliberativo do Sistema;
- ✓ Desvinculação das multas ao faturamento bruto das indústrias reguladas que cometerem infração;
- ✓ Ampliação dos limites que definem a inclusão das fontes ou instalações no mercado regulado para relato de emissões;
- ✓ Reformulação dos conceitos e seções que tratam do mercado voluntário e dos mercados estatais/jurisdicionais associados ao mecanismo de REDD+, para conferir maior clareza e segurança jurídica e mitigar riscos relacionados à transferência internacional de créditos.

Outros pontos abordados foram: a Proposta de Retomada da Indústria para o Mercado do Carbono com a missão de descarbonização; o Plano Nacional sobre a Mudança do Clima, composto pelo Comitê Interministerial (Decreto n.º 11.550/2023) que já teve primeira reunião em 14/09/2023. Foram criados quatro Grupos de Trabalhos (GTs) e ampliação das metas de NDCs. Destes quatro GTs, Juliana Falcão se ateu ao assunto Mitigação. *“O governo está*

atualmente trabalhando qual será a meta de redução de emissão para 2035. Não temos ideia de como será a porcentagem, mas existe uma grande preocupação porque deve ser acima de 53%. Apesar de 2035 parecer muito distante, sabemos que os investimentos industriais são de longo prazo e as empresas precisam pensar em como vão trabalhar". Além do Plano Clima (2024-2035) com estratégias nacionais de mitigação e adaptação, Juliana contextualizou os cronogramas. "Existe um 'descasamento' entre as estratégias nacionais que estão sendo definidas para entrega em novembro, enquanto os planos setoriais serão entregues no ano que vem. Estamos tentando entender a lógica do Governo Federal de como fechar a estratégia antes dos planos". Juliana Falcão também contextualizou a mitigação de emissões de GEE do Brasil, em números.

A Gerente de Clima e Energia da CNI afirma que o último dado oficial é de 2020, onde a emissão nacional foi de 1,79 GtCO₂e e a meta para 2025 é de 1,32 GtCO₂. "Nas discussões com o governo já sabemos que atualmente (2024) temos que sair de 2 GtCO₂e para 1,32 GtCO₂e em menos de um ano. Entendemos que não temos como entrar nesta discussão. O combate ao desmatamento é a grande solução para o Brasil, pois toda a indústria brasileira junta é responsável por apenas 10% das emissões dos gases de efeito estufa. Mesmo que a indústria hoje fosse neutra em carbono, não ajudaríamos muito o país a chegar nesta meta... o ponto de interrogação em 2035 não pode ser muito mais baixa de 2030 porque a indústria será muito cobrada por isto".

Momento aberto a participações

Miguel Tranin: "o mercado de carbono é um tema muito importante principalmente para alguns setores no Paraná, como Madeira, Energia, Açúcar e Álcool. Em 2017, o programa Renova BIO foi criado para regulamentar o CBIO na bolsa de valores. Cada CBIO equivale a uma tonelada de gases causadores de efeito estufa não emitidos para atmosfera devido ao uso de biocombustível em substituição aos combustíveis fósseis. Começamos a comercialização cada CBIO estava na faixa de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 e hoje está na faixa de R\$ 240,00... Cada unidade industrial tem uma avaliação de CBIO, acredito que em breve o mercado de carbono estará em quase todos os setores industriais".

Paulo Pupo solicitou uma agenda da Fiep com a CNI para um posicionamento macro em defesa das indústrias. "O prazo está se esgotando e precisamos de uma grande sinergia na defesa comercial".

Cláudio Grochowicz pediu que o setor mineral fosse incluído nas discussões da CNI em relação ao tema ambiental.

Rui Benetti Londero perguntou por que o mercado de carbono regulado demorou tanto tempo para ser tratado no Brasil. "Existe algum temor internacional do grande volume de créditos de carbono que nosso país possa gerar, ao ponto de haver um obstáculo político? Como faremos para reduzir quase 70% nas metas ambiciosas nas emissões em tão pouco tempo?" Juliana Falcão afirmou que existem interesses em todos os setores do mercado. Segundo ela, a dificuldade é de coordenação dentro do próprio Congresso, relacionado ao Executivo e à Indústria, pois envolve interesses distintos com muitos interlocutores, além do próprio funcionamento do mercado. Sobre a segunda pergunta, Juliana Falcão afirma que a indústria não consegue participar desta meta, mesmo tendo um histórico de redução de intensidade.

Hélio Bampi fez um questionamento técnico sobre a metodologia de cálculo: "todo este balanço energético renovável do Brasil é levado em conta nesta mitigação? Juliana responde que quando se olha para a matriz elétrica nacional ela é praticamente descarbonizada por ser mais de 90% renovável. O que mais pesa no inventário de emissões do país, é o uso da terra com 70% das emissões (LULUCF e agronegócio), seguido por 20% em combustível, petróleo e gás, e 10% das indústrias. "Por isto que contamos com o controle de desmatamento para conseguirmos atingir as metas ambiciosas", termina Juliana.

Item 3. Conselho Temático de Negócios Internacionais

Paulo Pupo contextualizou o tema 'Desafios a nossa Competitividade: Regulamentação e Barreiras de Mercado EUDR (European Regulation on Deforestation Free 1115/2023)' para o Colégio dos Coordenadores. Após aprovação do Parlamento e Conselho Europeu, em 31 de maio de 2023, a União Europeia (EU) definiu medidas para garantir que produtos comercializados na Europa não estejam ligados ao desmatamento. Apesar do discurso de reduzir e combater o crescente nível de desflorestação ao redor do mundo, o ato acaba provocando uma barreira comercial aos países exportadores ao bloco, principalmente os em desenvolvimento como Ásia, África e América Latina. A partir de 30 de dezembro de 2024, haverá uma fiscalização rigorosa nas importações, conforme uma indicação de países considerados de baixo, médio e alto risco, por definição ainda não divulgada internacionalmente. A EUDR define que cabe as nações exportadoras comprovarem que sete grandes grupos de *commodities* comercializadas não foram cultivadas em terras desmatadas ou degradadas, após 31 de dezembro de 2020. Entre os insumos e seus

derivados estão: 1) madeira/móveis, celulose livros e papéis; 2) gado, carne bovina e couro; 3) soja; 4) café; 5) cacau em diferentes formas e chocolate; 6) óleo de palma, incluindo certos químicos e preparações; 7) borracha e seus derivados, como pneus. A decisão impacta diretamente o Paraná, o maior estado exportador do Brasil nos três primeiros itens. Pupo declara: *“o Brasil não pode de forma alguma ser considerado um país de alto risco. Isto dificultaria muito nossas exportações com a necessidade de apresentação de uma grande linha de informações documental - algo que já fazemos é o conhecimento da origem dos produtos. Temos o segundo Código Florestal mais rígido do mundo (perdemos apenas para o Canadá) e pedimos que ele seja considerado”*. Segundo o Governo Federal, a sanção deve atingir 15% de todas as importações nacionais e 34% de todas as importações paranaenses. Entre os pontos a esclarecer podem ser citados alguns regramentos; quais os critérios para a avaliação de risco (mistura de diferentes critérios e origens, com dificuldades no controle dos operadores – cada commodity tem diferente relação com o desmatamento); como será a operação do sistema e segurança de dados; as fiscalizações e sanções; busca de conformidade (documentação aceitável não está definida o que causa insegurança jurídica); certificação de origem; Observatório Florestal sobre o EUDR; e Geolocalização (mapeamento por polígono). O palestrante demonstrou um histórico sobre as normas europeias de importações – além das diferenças entre EUDR com a EUTR (*EU Timber Regulation*) atualmente praticada. *“O objetivo legislativo é que enquanto o EUTR foi elaborado com o objetivo de coibir a exploração de madeira ilegal, o EUDR é mais amplo, com foco no desmatamento, independente da legalidade, e inclui uma gama de produtos visando reduzir os passivos ambientais”*. O sistema de *due diligence* no EUTR tem foco na legalidade e não na rastreabilidade. O mesmo sistema no EUDR exige a geolocalização e rastreabilidade dos produtos, desde a origem até ao ponto de venda. O EUTR será revogado a partir do momento que o EUDR entrar em vigor.

REGRAMENTOS QUE AINDA NÃO ESTÃO ESCLARECIDOS

Preocupações dos setores produtivos brasileiros:

- Custo de compliance;
- Reconhecimento de sistemas de controle do governo;
- Recém lançada a plataforma;
- Correta avaliação de risco do Brasil.

Atuação do Governo Federal:

- Grau de incertezas por parte da Comissão Europeia;
- Governo se mostra ciente da preocupações dos empresários (ênfase na proteção de dados);
- A medida incide sobre produtos das cadeias produtivas do café, soja, óleo de palma, madeira, couro, carne bovina, cacau e borracha. O governo estima que afetará 15% das exportações totais brasileiras e 34% das exportações brasileiras para a Europa (Fonte: MDIC).

As expectativas e necessidades citadas pelo coordenador de Conselho de Negócios Internacionais da Fiep são a prorrogação de prazos e o reconhecimento de documentação oficial já existente dos produtos nacionais (Código Ambiental Brasileiro) para que cada país faça sua avaliação de risco, com uso de dados oficiais. *“Hoje a Europa omite 40% das florestas plantadas no Brasil, ou seja, 6 milhões de hectares plantados – mais a preservação. O continente olha o mapa do mundo e classifica como quer. Um dos caminhos é o desenvolvimento da plataforma Brasil Agro+Sustentável, com apoio da CNI, que seria a certidão negativa que o Brasil teria para todo o mundo, com características; sustentabilidade; e rastreabilidade”*, finaliza Pupo. O Coordenador defende a união de todos os países afetados, de cada setor, para uma base de coalizão internacional a realizar trabalhos documentais que posteriormente seriam enviados aos representantes dos governos dos países membros da Comissão Europeia com o objetivo de flexibilizar certas normas. Todos os detalhes da apresentação podem [acessadas aqui](#).

Momento aberto a participações

Hélio Bampi questionou quem está ganhando mercado? Qual o país que está mais adiantado na adequação deste novo processo? A resposta de Paulo Pupo foi que o Canadá está um pouco mais adiantado (mas o mercado principal dele é composto pelo México e USA). *“Eu diria que a decisão foi tomada sem calcular o desabastecimento. Eles acabaram criando um problema generalista, a Europa não tem suprimento para isto”*, diz Pupo.

José Alberto Pereira demonstrou a preocupação com o assunto: *“a EUDR deve ter prioridade na agenda e deve ser levada à Brasília para que a CNI faça pressão política, com relação ao Congresso”*.

João Arthur Mohr completou afirmando que *“se o Governo Democrata americano se eleger, os Estados Unidos devem fazer um ‘copia e cola’ do programa”*.

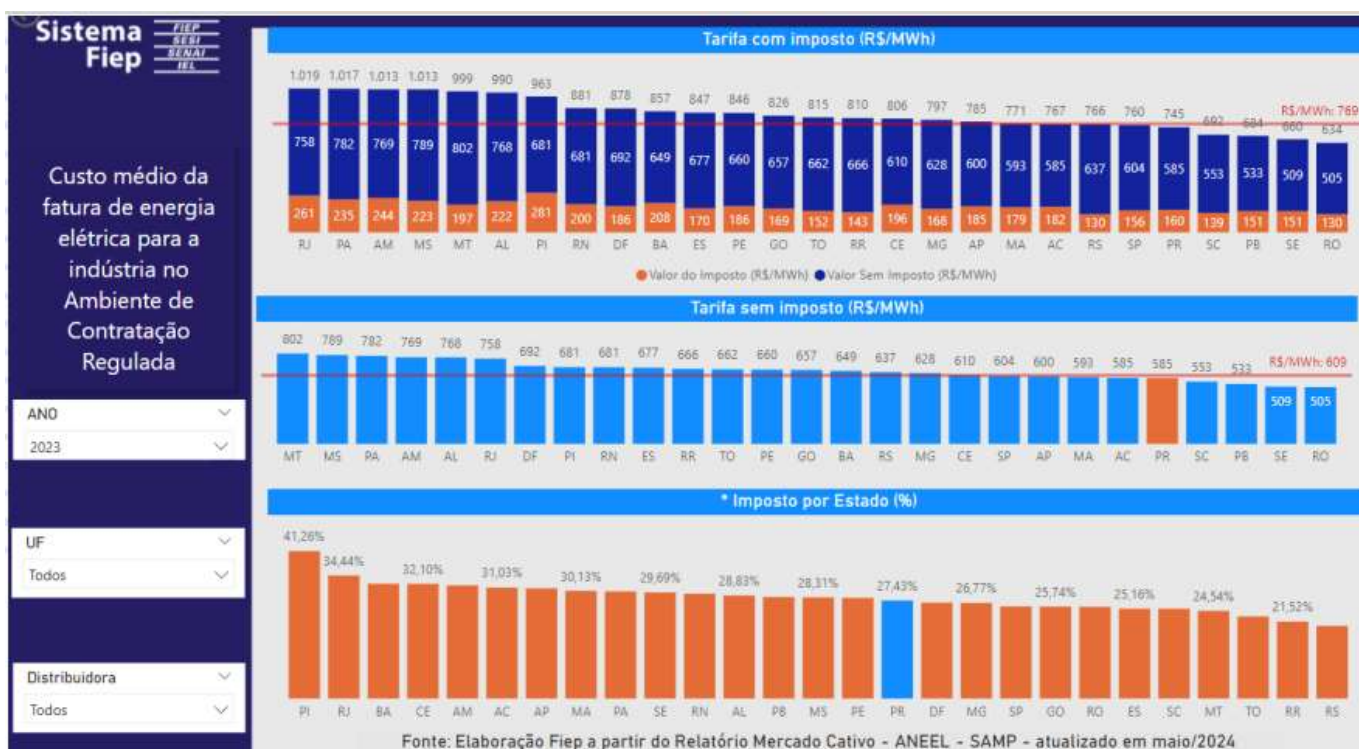
Edson Vasconcelos citou que o secretário de indústria, comércio e emprego do Paraná, Ricardo Barros, é uma personalidade política que pode ajudar na intermediação. Paulo Pupo sugeriu que o Observatório da Fiep trabalhe número das exportações paranaenses, dos últimos dois anos, das *commodities* listadas na EUDR para que a argumentação econômica seja robusta junto ao Governo Federal. Juliana Falcão colocou como ponto fundamental

o Governo se posicionar perante a União Europeia de forma que o bloco reconheça o sistema de controle ambiental existente no Brasil, para combater o desmatamento, mas defendendo uma negociação. Ela colocou a CNI à disposição da Fiep para a Confederação trabalhar com mais de um Ministério.

Item 4. Conselho Temático de Energia

O coordenador do Conselho Temático de Energia, Rui Londero realizou a abertura das discussões apresentando a agenda do dia. Carlos Fiúza foi o responsável pelas apresentações, após coletar dados; realizar quadros comparativos relacionados aos indicativos no setor de energia elétrica; de forma a incluir cada região do Paraná, outros estados e até países. Os temas foram divididos entre os assuntos: 1) custo de energia do Brasil X mundo; 2) custo de energia industrial no mercado cativo; 3) subsidiômetro; 4) Plano de Desenvolvimento da Distribuição – Investimentos; 5) Geração Distribuída (GD).

Custo de Energia Brasil X Mundo: O Brasil é o segundo país com energia mais cara do mundo, perdendo a primeira posição apenas para a Colômbia. A partir da terceira colocação, encontram-se os países Turquia; Chile; Portugal; Polônia; Letônia; Eslováquia; Espanha e República Tcheca, respectivamente (custo de 200kWh ajustado pela renda per capita de cada país, dados de 2022). Na outra ponta, os cinco países com a energia mais barata são Noruega; Luxemburgo; Estados Unidos; Canadá e Suíça, respectivamente. Carlos Fiúza completou as informações com um quadro comparativos contendo todos os estados da Federação: “*refere-se à energia para o setor industrial, no ambiente regulado ou mercado cativo, do ano de 2023. Diferentemente de 2021, época em que o Paraná estava com a sétima/oitava fatura de energia mais cara do país, passamos para a quinta fatura mais barata do Brasil, em 2023 – com R\$ 745,00 por MWh, sendo a média nacional é R\$ 769,00 por MWh*”, reforça Fiúza.



De acordo com o palestrante, no primeiro gráfico, em laranja estão as informações relacionadas aos impostos (PIS/COFINS e ICMS) e bandeiras tarifárias e na parte azul o valor é referente à energia sem os encargos. De forma decomposta, o segundo gráfico apresenta apenas o valor da tarifa da energia sem qualquer imposto. Por último, é demonstrado o gráfico apenas relacionado aos impostos – 27,4% da fatura no Paraná são encargos. Em relação aos subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ficou demonstrado o aumento considerável anual desde 2017 quando era de 2,9% para 13,44% em maio de 2024. “Temos R\$ 99,00 da fatura de cada MWh em subsídios”.

Fiúza demonstrou de forma detalhada a origem dos subsídios energéticos, ou seja, a fonte de receita da CDE e os gastos, as despesas estimadas no orçamento da CDE. [Clique aqui](#) para acessar. Em relação aos Investimentos, com enfoque no Paraná, em 2024, R\$ 1,9 bilhão foram destinados para desenvolvimento na Distribuição de Energia (em expansão e melhorias). Valor estimado em R\$ 2,041 bilhões para o próximo ano.

Quantidade de GD: Carlos Fiúza apresentou uma pesquisa minuciosa que pode ser aplicada para vários tipos de energia (como fotovoltaica, biogás, térmica e PCHs), além de estados e municípios. Para a demonstração, o relator optou por demonstrar alguns dados da geração fotovoltaica para exemplificação, de maio de 2024. Nesta data, em todo o país, haviam registradas 2,58 milhões de unidades Geradoras de Energia Fotovoltaicas (e não recebendo créditos) e o Paraná ocupava o quarto lugar, após São Paulo; Minas Gerais; e Rio Grande do Sul. *“Também temos o gráfico por Classe de Consumo, sendo a grande maioria residencial, seguida por comercial, rural e industrial. Olhando apenas a Classe de Consumo Industrial, o Paraná é o estado com maior quantidade de instalação de GD com 40,50 mil unidades consumidoras. A cidade que mais se destaca voltada à indústria é Maringá, seguida por Toledo, Curitiba, Cascavel e Londrina, respectivamente”,* explica Fiúza. Sobre Potência para todos os estados da Federação, e todos os tipos de geração: *“temos praticamente 30 Gigas e nosso Estado ocupa a quarta posição, após SP, MG e RS. Tratando apenas de Potência em Fotovoltaica o Paraná ocupa a primeira colocação, com 2,08 milhões Giga de potência instalada (kW)”*. [Rui Londero](#) ressaltou que alguns dados podem ser divergentes aos apresentados pela Copel, em reunião a ser realizada posteriormente. O coordenador ponderou que a concessionária, no futuro, poderia passar a controlar o acesso à rede de distribuição das produções renováveis, com algum custo não computado no atual momento pelo estudo da Fiep. *“A Copel também tem liberdade de fazer investimentos até em linhas de transmissão 138 kW, e subestações, que resolveriam boa parte dos problemas das indústrias que passariam a ter uma maior segurança na rede contra oscilações e poderiam até ter uma energia mais barata que o Mercado Livre... Acho muito importante quem estiver interessado em fazer uma nova planta industrial ou investimentos deva consultar esta base de dados para realizar investimentos mais assertivos com relação à localização de seu empreendimento”*.

[Hélio Bampi](#) contextualizou o investimento da Copel de R\$ 3 bilhões em geração de renovação de energia em hidrelétricas, em Salto Segredo; Foz do Areia e Salto Caxias a serem feitos ainda este ano.

[Carlos Fiúza](#) abordou o **Gás Natural** em três temas principais: **1)** comparativo do custo do GN para a indústria ceramista paranaense; **2)** comparativo do custo do GN para a indústria geral paranaense; **3)** contribuições da Fiep para Agepar (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Paraná) sobre a nova concessão do GN (2024-2054). Sobre o primeiro assunto, Carlos Fiúza trouxe informações de maio de 2024. Os exemplos simulados foram aplicados para empresas fictícias do setor ceramista que consomem 500 m³/10.000 m³/50.000 m³ de gás natural por dia, no Paraná - em comparação com estados vizinhos (SP, SC e RS). Vale ressaltar que o setor ceramista tem uma tabela diferente demais indústrias.

Sobre o desenvolvimento do segundo tema demonstrado por Carlos Fiúza, o Comparativo do Custo do GN para a Indústria Geral Paranaense, o relator apresentou gráficos comparativos semelhantes para a indústrias que consomem 500 m³/10.000 m³/50.000 m³ de gás natural por dia, no Paraná - em comparação com estados vizinhos (SP, SC e RS). Fiúza: *“no exemplo onde gasta-se a maior quantidade de gás natural em uma indústria geral, com exemplo de 50.000m³/dia, o Paraná tem o maior valor cobrado em relação àqueles outros estados vizinhos: 7,25% mais caro que Rio Grande do Sul; 13,6% mais caro que Santa Catarina; e 16,8% mais caro que São Paulo. Nossas indústrias são penalizadas, dificultando nossa competitividade nacional.*

Sobre a nova concessão do Gás Natural (2024-2054), o coordenador [Rui Londero](#) contextualiza: *“com relação ao próximo assunto que o Fiúza vai apresentar do Gás Natural temos a renovação com a Compagás que está sendo proposta para mais 30 anos, com plano de revisão tarifária. A diferença de valores cobrados entre indústrias concorrentes é uma demanda muito antiga, pois a variação de valores cobradas chegam a 30% de uma empresa para outra. O consumo de gás representa uma porcentagem significativa no custo final do produto. Como ser competitivo industrialmente no mercado nacional e até internacional? A redução do valor do m³ de gás é uma tarefa contínua e persistente Tivemos várias vitórias com a Agepar, mas ainda temos que lutar em relação ao preço”*. O início da palestra foi sobre a primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) para acontecer de 2024 a 2029 que contou com apoio do Conselho Temático de Energia da Fiep, Sindilouças, Sinpacel, especialistas e indústrias consumidoras do GN canalizado. Foram 16 encontros, 3 consultas públicas (janeiro, março e abril de 24) com contribuições da Fiep, sindicatos e indústrias. *“Posteriormente tivemos mais dois encontros para participarmos de uma audiência*

	<p><i>pública em 20/05/24 com defesa oral e posteriormente uma manifestação escrita”, completa Fiúza. O relator detalhou as principais contribuições realizadas. Citando mais uma vez o setor ceramista: custo médio do GN no México é de US\$ 3,00/MMBTU, enquanto na Argentina de US\$ 5,00/MMBTU e no Brasil de US\$ 15,00/MMBTU. Em outros setores industriais o valor aumenta mais US\$ 5,00 por MMBTU.</i></p> <p>Momento aberto a participações:</p> <p><u>Wilson Bill</u>: perguntou sobre o gás natural vindo por Itapoá. João Arthur Mohr respondeu que o primeiro navio chegou em São Francisco do Sul, em fevereiro, a instalação está pronta e o investimento foi realizado pela <i>New Fortress Energy (NFE)</i>. “<i>Estamos realizando a cotação de preços para ser uma opção do mercado livre de gás. Mas o preço da molécula ainda está alto porque o Sul e Sudeste são dependentes da Petrobrás que tem o monopólio destas regiões. Pretendemos comprar o gás liquefeito direto da New Fortress, vindo de navios que transbordam em São Francisco do Sul e podem vir para o Paraná de caminhão ou injetado no Gasball</i>”. <u>Wilson Bill</u> comentou que a comercialização de gás natural veicular está sendo encerrada.</p> <p><u>Rui Londero</u> continua explicando que outro problema é a concessão do gás canalizado no Paraná, pela Compagás. “<i>Temos algumas etapas relacionadas ao mercado livre, do gás canalizado, segurança jurídica para vencermos ainda</i>”.</p> <p><u>Nelson Hübner</u> questionou sobre o mercado livre de energia. Rui Londero respondeu que não foi inserido na pesquisa por justamente haver muita diferença de preço, pelo fato de a negociação ser individualizada com cada indústria: “<i>...achamos que este setor está indo bem. Até 2030, até as residências poderão aderir ao mercado livre</i>”.</p> <p><u>Cláudio Grochowicz</u> perguntou qual o cenário relacionado à projeção do custo de energia futura para o mercado livre, para próximos cinco anos. Rui Londero acredita que haverá aumento nos valores. Edson Vasconcelos acredita que não existem previsões quando o assunto é energia: “<i>precisamos buscar uma forma de buscar opiniões sobre o assunto. Nas Oficinas Regionais temos que intensificar a discussão de geração própria para o mercado livre... também temos que saber qual o impacto da Itaipu na tarifa nacional e na tarifa do estado</i>”.</p>
Item	<p>5. Conselho Temático de Energia</p>
	<p>Ariane Hinça apresentou o Termo Técnico de Cooperação entre Fiep e Copel assinado em 04/06/24 que tem como objetivo desenvolver um Planejamento Energético do Paraná, para os próximos 10 anos (parceria Fiep e Copel) através de um estudo envolvendo os principais setores e indústrias, de todas as regiões. “<i>Está se concretizando hoje, um projeto iniciado há dois anos, quando começaram as tratativas da Fiep com a Copel. Nosso objetivo é divulgar dados a respeito de produção, transformação, consumo de energia e projeção de crescimento do Estado, com olhar para as áreas, setores, volumes, tipos de fonte de energia necessárias para as indústrias para os próximos anos. As informações serão usadas como uma ferramenta importante para análise da estrutura e evolução da Matriz Energética Paranaense, subsidiando estudos de planejamento, política energética e análise de investimentos públicos e privados</i>”. Toda a parte de dados brutos referente ao estado atual e planejado da Geração, Transmissão, Distribuição e Subestações Elétricas serão repassadas pela Copel – somente a própria instituição e a Fiep terão acesso a estes dados. Já os dados agregados poderão ser divulgados. O trabalho será realizado por identificação das indústrias por geolocalização exata, por CEP. As principais atividades previstas para os próximos 12 meses estão ligadas a pesquisa primária do consumo atual de energia elétrica referente a previsão de consumo de novos entrantes; previsão de investimentos; potencial de produção e consumo de fontes renováveis de energia. Ariane: “<i>a meta é consultar pelo menos 2,5 mil indústrias de médio e grande porte no Paraná. Muitas vezes, teremos que conversar com o responsável do planejamento estratégico da empresa e coletar informações sobre consumo de energia, consumo de fonte, planos de expansão etc. Vamos precisar muito de vocês, porque quanto melhor e maior a participação, mais assertiva a pesquisa será. Nove meses serão de trabalho de pesquisa e análise feito pela Fiep e os três últimos serão de publicação e prestação de contas</i>”. Em resumo, a Fiep fará a sobreposição do mapa de crescimento da indústria com ajuda da Ocepar e a Copel se conecta com ele.</p> <p>Momento aberto para a participações</p> <p><u>Fabício Moreira</u> compartilhou sua experiência de produção de energia compartilhada com a Copel, há oito anos, feita por uma microgeração de resíduos sólidos por uma pequena usina que desenvolveu. “<i>O maior problema era a cobrança de ICMS sobre a energia que eu produzia e eu mesmo utilizava</i>”. <u>Paulo Pupo</u> reforçou a necessidade de a Fiep cobrar o Governo Estadual na questão de utilização de créditos de ICMS na produção de energia,</p>

	principalmente para produtores exportadores. <u>Marcus von Borstel</u> sugeriu aplicar o mesmo raciocínio do termo de cooperação da Fiep com a Copel ser replicado em outras assuntos como parque tecnológico. <u>Rui Londero</u> aproveitou a discussão sobre utilização de créditos de ICMS na renovação de maquinário, como a exemplo do caso realizado pela Fiesc com o setor industrial de Santa Catarina.
Item	6. Conselho Temático de Política Industrial
	Marcelo Percicotti transmitiu a atualização da evolução dos Fóruns Regionais que acontecem nas Regiões Norte; Noroeste; Oeste; Sudoeste; Campos Gerais (Irati, Guarapuava e Ponta Grossa) e Região Metropolitana de Curitiba/Litoral. Até a presente data, os eventos registraram uma estimativa de 1.220 participantes, sendo 350 em Cascavel, 350 Londrina, 250 em Maringá, 190 em Francisco Beltrão e 80 pessoas em Irati. As próximas edições serão Guarapuava (21/06) e Ponta Grossa (28/06). Entre os temas futuros a serem conduzidos nas regionais se encontram 1) a Oficina de Energia que tem como objetivo entender a complexidade do assunto com apresentação de desafios e soluções da infraestrutura energética no Paraná; o Termo de Cooperação com a Copel; soluções de geração própria; mercado livre e eficiência energética. A dinâmica, conduzida pelo Conselho Temático de Energia, contará com a participação ativa dos empresários. 2) Oficina de Infraestrutura abordando logística, transporte no Paraná e PELT Integrado, com a condução do Conselho Temático de Infraestrutura e dinâmica com empresários das regionais. 3) Oficina de Empregabilidade e Produtividade, com a condução do Conselho Temático de Política Industrial e Relações do Trabalho, com a participação do Sesi/Senai/IEL, SEED e SETR (mesmo modelo de prática).
Item	7. Palavra aos Coordenadores
	<p><u>Guilherme Hakme</u> atualizou a desoneração da folha de pagamentos (suspensa pelo Ministro Zanin) com a edição da Medida Provisória 1227/2024 que restringiu o uso dos créditos de PIS/COFINS de forma cruzada e o ressarcimento em dinheiro antes possível para a agroindústria. <i>“O texto desta MP será incluído no relatório atualmente no Senado sobre redução progressiva de desoneração da folha de pagamento até 2028. Precisamos conversar sobre como a Fiep vai se posicionar”</i>. A taxação em 20% de produtos importados em até US\$ 50,00 foi retirada do relatório no Senado (a porcentagem).</p> <p><u>Hélio Bampi</u> repassou informações sobre a Conectividade Rural no Paraná. Em 16/05 foi realizada uma reunião da Fiep com o secretário estadual de indústria e comércio, Ricardo Barros, momento em que foi divulgada a elaboração de um edital de licitação com o foco de tecnologia 4G e fibras óticas, de forma massiva, em áreas rurais. Reforçou a necessidade de revisão das leis municipais sobre a regulamentação das Antenas, em determinadas cidades.</p> <p><u>Lúcio Kamiji</u> lembrou a necessidade de participação na pesquisa ‘Nível de Maturidade e Inovação’ e a inserção do item ‘média de idade dos equipamentos da indústria’ na sondagem, resultados que serão utilizados na Jornada de Produtividade, do Conselho de Tecnologia e Inovação para a Indústria. Também citou o programa ‘Acelera Star Up’ há mais de duas décadas sendo realizado em São Paulo que comprova que a média dos maquinários naquele estado é de 25 anos.</p> <p><u>Fernando Mizote</u> reforçou o apoio da Fiep aos gaúchos vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Foram arrecadas 36 toneladas de donativos com itens como alimentos não perecíveis, garrafas de água, vestuário, material de limpeza e ração. <i>“Encerramos a primeira fase de ajuda ao RS e estamos entrando na segunda fase na reconstrução de cidades, incluindo lares e negócios – com ênfase nas indústrias. Queria agradecer o trabalho de todos os envolvidos”</i>.</p> <p><u>Elizabeth Ardigo</u> mostrou os resultados do concurso realizado em 35 Colégios Sesi do Estado, chamado ‘Trabalhar na Indústria e Estudar no Colégio Sesi Nunca Sai de Moda’. Foram realizados 101 vídeos, com envolvimento de 8 mil alunos, com três equipes finalistas em Loanda, Cascavel e Pinhais (vencedor). A equipe vencedora ganhou uma viagem para Foz do Iguaçu e conseguiu 763 mil visualizações nas redes sociais, com 5.400 compartilhamentos e 31 mil curtidas. Dados que demonstram o sucesso do projeto a ser replicado em outros setores.</p>
Item	8. Deliberações e Encerramento
	Após a 6 Reunião do Colégio de Coordenadores, houve a Palestra do Presidente da Copel, Daniel Slaviero e a assinatura do Termo de Cooperação acima citado, entre Fiep e Copel. A próxima reunião dos Colégios de Coordenadores será em 13/08/24, no Campus da Fiep, Sala dos Conselhos. O presidente Edson Vasconcelos

antecipou um tema do encontro de 08/06/24, da Reunião da Diretoria, sobre alguns problemas identificados nos contratos de concessões dos lotes 1 e 2 do pedágio no Paraná. Após as considerações, o presidente agradeceu a participação de todos e declarou o momento encerrado.